

Reprovação da Portaria 92/2004



PROFESSORES contestam Diploma da Avaliação do Básico

Pág. 3

Plenário Professores Janeiro 05

Reflexões...

**Exames no Ensino
Básico:
Uma questão controversa!**

Pág. 5

Opinião...

**O "Sistema Educativo
Regional"
segundo Álamo de Meneses**

Pág. 12



Laboratórios do Abstracto

A Expressão Dramática entre o Ensinar e o Aprender

Pág. 11

FICHA TÉCNICA

Director de Redacção: Belarmino Ramos
Redacção: Fernando Vicente, António Lucas, Nuno Maciel, Graça Silveira.
Projecto Gráfico: Jorge Esteves
Paginação e Tratamento Gráfico: Fernando Vicente
Colaboração: José Paulo Oliveira(jpgo@sapo.pt)
Propriedade e Edição: Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA); Gabinete de Recursos e Informação do SPRA
spra.terceira@mail.telepac.pt
Periodicidade: Mensal
Tiragem média: 2700 Exemplares
Impressão e acabamento: Nova Gráfica, Lda
Dep.Legal: 206452/04
Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

www.spra.pt

Membro da FENPROF

**ÁREAS SINDICAIS:****STA. MARIA**

Rua: Leandro Chaves, 14
 9580-533 Vila do Porto
 tel: 296 882872 fax: 296 882872
 email: sprasma@iol.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A n.º 10
 9500-310 Ponta Delgada
 tel: 296 205960 fax: 296 629698
 email: sprasmiguel@mail.telepac.pt

TERCEIRA

Canada Nova n.º 21; Sta Luzia
 9700-130 Angra do Heroísmo
 tel: 295 215471 fax: 295 212607
 email: spraterceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA

Rua: Dr. Manuel Correia Lobão, n.º 22
 9880 Santa Cruz Graciosa
 tel: 295 712886 fax: 295 712886
 email: spragradosa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c
 9850-022 Calheta São Jorge
 tel: 295 416519 fax: 295 416519
 email: sprasjorge@sapo.pt

FAIAL

Largo Duque D'Ávila e Boloma, 11
 9900-441 Horta
 tel: 292 292892 fax: 292 292282
 email: sprafaial@sapo.pt

PICO

Av. Machado Serpa
 9950-321 Madalena
 tel: 292 623000 fax: 292 622023
 email: sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

Santa Cruz
 9970 Santa Cruz
 tel/ fax: 292 592976
 email: spraflores@sapo.pt

GRISPR
 Gabinete
 de Recursos
 e Informação
 do Sindicato
 dos Professores

EDITORIAL**Antevisão 2005**

O resultado das eleições do próximo mês poderá dar, muito provavelmente, a vitória ao Partido Socialista. Este facto, a concretizar-se, deixa-nos algumas expectativas relativamente às relações entre o SREC-Açores e o Ministro(a) da Educação. Já que chegou a ser comentado que o SREC tinha melhores relações com o Ministro David Justino do que com os anteriores Ministros Oliveira Martins e Augusto Santos Silva.

Se juntarmos os novos ingredientes implementados recentemente pelo Secretário Regional, como o Sistema Educativo Regional (tema abordado em artigo de opinião na pg. 12 desta edição), Currículos Regionais,

Provas de Aferição Regionais, Concursos Regionais, um projecto de Decreto Legislativo Regional (Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário), enfim, inúmeras vertentes que nos diferenciam mas que de alguma forma nos distanciam e, nem sempre, com resultados positivos.

Assim, aguardamos expectantes a convergência, ou não, de políticas educativas entre os Açores e o continente, na defesa de uma escola pública de qualidade, em que as assimetrias se diluam, os alunos tenham sucesso e os professores se sintam realizados profissionalmente. Esta convergência, deverá ainda garantir uma verdadeira permeabilidade entre os alunos e professores dos Açores e do resto do País.

António Lucas
 Dirigente do SPRA
 Área Sindical da Terceira

Professores reprovam Portaria

Contestação ao diploma regional da avaliação do ensino básico

Os professores reunidos em Plenários sindicais, nas Ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Pico e Faial, respectivamente nos dias 18, 19, 20 e 21 deste mês aprovaram uma moção (*reproduzida na íntegra nesta página*) relativa à Portaria 92/2004, que propõe um novo regulamento de avaliação no ensino básico para esta região.

Esta moção visa não só contestar a prática manipuladora e autoritária seguida pelo Secretário da tutela, que faz aprovar documentos de extrema importância para a “vida” das escolas e gestão do sistema educativo, sem a devida participação de todos os intervenientes no processo educativo, (professores, órgãos pedagógicos das escolas, organizações sindicais, encarregados de educação...) não lhes conferindo nem tempo nem oportunidade para analisarem de forma objectiva legislação de tão grande importância. O exemplo desta Portaria é demais elucidativo: foi proposta numa reunião dos Órgãos de Gestão das escolas, no dia 6 de Dezembro ; nesse mesmo dia foi debatida e “votada” somente por esses intervenientes; no dia 23 de Dezembro já a mesma Portaria estava publicada em Jornal Oficial. Esta prática de discussão pública que, além de limitada aos órgãos de escolas, não lhes permite tempo suficiente de distanciamento para uma efectiva análise, ponderada e séria, não se apresenta como uma efectiva discussão pública.

Além da análise a esta Portaria foram também debatidas as questões relacionadas com os concursos regionais, que agora se iniciam, e as novidades dos concursos nacionais de professores.◆



MOÇÃO

O Secretário Regional da Educação e Ciência ao fazer publicar, no dia 23 de Dezembro, a Portaria 92/2004 que consagra o novo Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, veio reiterar a lamentável prática de ignorar a participação dos docentes, órgãos de gestão pedagógica das escolas, sindicatos e encarregados de educação, não lhes conferindo a oportunidade e o espaço de proferirem opinião.

1 – Considerando que a disponibilização de projectos on-line, no “site” da Direcção Regional de Educação, não satisfaz o conceito, a necessidade e a exigência política de discussão pública e audição dos intervenientes no processo educativo e dos seus representantes;

2 – Considerando que o aval obtido em reuniões de representantes dos Conselhos Executivos, que apenas tomam conhecimento dos diplomas no momento, para além de não poder ser encarado como o culminar de qualquer processo de discussão e audição públicas, é abusivo;

3 – Considerando que o Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, publicado em anexo à Portaria 92/2004, de 23 de Dezembro, introduz profundas alterações nos procedimentos de avaliação e remete para os docentes e para as escolas o ónus de definir em a valorização da avaliação sumativa externa (exames) no cálculo da classificação final dos alunos do 4.º, 6.º e 9.º anos;

4 – Considerando, ainda, que subsistem dúvidas sobre a aplicabilidade deste modelo e das suas finalidades;

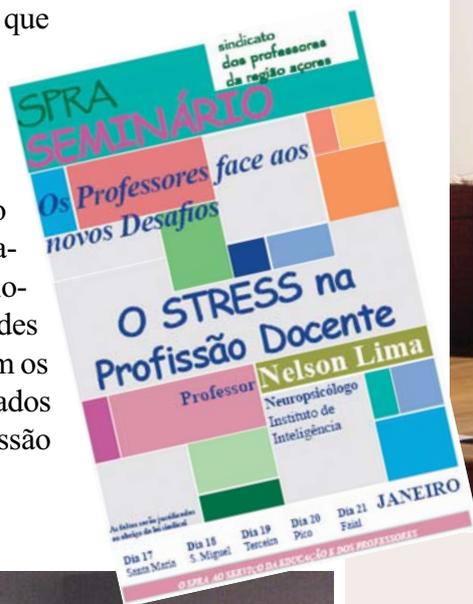
5 – Considerando, finalmente, que o referido Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, nomeadamente no seu artigo 13º, ponto 5, não pode ser cabalmente satisfeito, nesta altura do ano lectivo, nas unidades orgânicas da Região;

Os professores reunidos em Plenário nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de Janeiro de 2005 em Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Pico e Faial aprovam a seguinte Moção:

■ Contestar a prática manipuladora e autoritária, seguida pelo titular da SREC, no relacionamento com os docentes e seus representantes;

■ Exigir a revogação imediata da Portaria 92/2004, de 23 de Dezembro, e a abertura de um processo, sério, de participação activa dos docentes, sindicatos e estruturas representativas dos pais e encarregados de educação, sobre o(s) modelo(s) de avaliação dos alunos do ensino básico.◆

O SPRA considerando que a profissão de professor é de extremo desgaste psicológico, convidou o Professor Nelson Lima do Instituto de Inteligência, especialista em questões relacionadas com as dificuldades de aprendizagem e com os níveis de stress provocados pelo exercício da profissão de docente.



Prof. Nelson Lima, à direita na foto, acompanhado pelo dirigente do SPRA, António Lucas

A Inteligência no centro da revolução escolar

“ Ensinar as crianças a pensar, a comunicar. Ensiná-las a descobrir o mundo, que não é o modo actual de dar aulas como estamos a dar.(...) Têm de ser temas integrados, em módulos completamente diferentes, não haver anos lectivos, mas apenas um 1º ciclo, total, não dividido por partes, mas repartido por habilidades. Nomeadamente por seis habilidades, que refiro por ordem de importância: **Pensar**-que é a educação cognitiva, em que todos os técnicos da área da neurociência defendem que é preciso ajudar as crianças a pensar criativamente, analiticamente, etc; **Alfabetização Emocional** -a descoberta do “eu”; **Sociabilização** - as habilidades do relacionamento humano, (...) trabalhar em grupo;

Habilidades de Comunicação-onde se inscrevem as disciplinas do Português. Inglês, Matemática, mas também as habilidades de saber escutar, saber falar, saber colocar a voz...; **Despertar a Curiosidade**-que é uma habilidade muito importante que se trata de despertar a curiosidade científica, ensinar-lhes os rudimentos de ciências, estudo do meio, Física...e finalmente o **Saber Viver**-- que são aprendizagens e noções de saúde.

No fundo é preciso ensinar-lhes a desenvolver equilibradamente a personalidade das crianças e cultivar nelas o gosto de estar na escola. Para que vejam na escola um local onde podem aprender coisas que lhes dizem respeito directamente e não coisas que lhes parecem altamente distantes. (...)”

Professores-vítimas número um do próprio sistema Logo a seguir são os alunos

“A questão do stress na carreira docente(...) também resulta desta desestruturação do ensino actual?”

“ Nelson Lima- Sim porque no fundo estamos também a falar do stress escolar, que é o stress dos alunos e dos professores. Neste momento o sistema auto-alimenta-se, ou seja os erros do sistema estão a alimentar os erros a que o próprio sistema dá continuidade. (...) O próximo governo, seja ele qual for, que tenha a coragem de pegar na educação, não pelos aspectos que tem entretido a comunicação social, e a opinião pública, como a colocação de professores, que são os aspectos burocráticos do ensino, e que são questões importantes, mas nada disso fica resolvido enquanto não se definir um sistema novo, um novo modelo de escola onde todos os problemas acabam por se encaixar e se resolver por si próprio. Os professores são as vítimas número um do próprio sistema. Logo a seguir são os alunos.”

Excertos da entrevista concedida à jornalista Humberta Augusto (a União)



O Seminário “Stress na profissão docente” suscitou vivo interesse nas sessões realizadas em Sta Maria, S. Miguel, Terceira, Pico e Faial, realizadas em Janeiro por iniciativa do SPRA



R

eflexões

Exames no Ensino Básico: Uma questão controversa

Armando Dutra*

Como todos se recordam, foi o CDS Partido Popular, através do seu Presidente Paulo Portas, quem, na última campanha eleitoral, mais exaltou as virtudes deste processo de avaliação, tão característico de uma escola tradicional onde a exigência, o rigor, a ordem, a autoridade e a disciplina, associada ao castigo, criavam a atmosfera e a ambiência propícia a uma



aprendizagem que tinha objectivos muito concretos e facilmente mensuráveis, traduzidos na aprendizagem dos conteúdos programáticos das diversas disciplinas que se eternizavam no tempo, através de manuais escolares que, no mínimo, satisfaziam as necessidades de uma geração, por entender-se que tais saberes, considerados estruturantes e essenciais, garantiam a necessária formação do homem e do desenvolvimento da sociedade.

Estávamos perante uma escola

onde a aquisição dos saberes não dependia apenas da vontade individual, recorrendo, com facilidade, à chamada “motivação extrínseca”, onde o vime, a régua e a palmatória estavam quase sempre presentes na aprendizagem da tabuada, das contas, dos ditados, dos problemas, das célebres “lições de cor” e onde a palavra de ordem dava lugar ao silêncio porque os resultados, a bem ou a mal, tinham que aparecer, não fosse o Sr. Professor ficar envergonhado no exame dos seus alunos, geralmente realizados na sede do Concelho. Importa, contudo, salientar que o exame não era para todos, era apenas para aqueles que tinham dado provas ao professor que iam fazê-lo com sucesso.

Nesta escola, regra geral, de quatro classes, normalmente dividida por sexos, de trinta, quarenta ou mais alunos por turma, onde a indisciplina nunca foi problema, muitos não tinham lugar, porque apenas tomavam assento os que queriam aprender ou aqueles a quem os pais davam a oportunidade de experimentar se pretendiam a fadiga da cabeça ou, caso contrário, o sacrifício do corpo. Recorde-se que a vida, quer em terra quer no mar, era rude e dura, em virtude de serem poucas as tecnologias mecanizadas que estavam ao serviço do homem.

Na verdade, dispunha-se de um sistema educativo que exigia do docente mas, em contrapartida, concedia-lhe autoridade, liberdade de acção e reconhecimento social, porque, nesta sociedade, cada um era



mestre na sua arte, razão pela qual todos confiavam no trabalho do professor que, praticamente, se preocupava com a instrução dos seus alunos, rentabilizando, ao máximo, o tempo disponível, porque a educação, assente no respeito pelos mais velhos, pelos superiores, pela autoridade, pelas instituições e pelos valores da época, era um dado adquirido que raros ousavam pôr em causa. As atitudes e valores não constituíam objecto de avaliação, porque o saber ser e estar, fruto do temor ou da repressão, era um dever normal de qualquer cidadão.

Democratização da sociedade Transformação do papel da escola

Com o 25 de Abril de 1974 a sociedade portuguesa democratizou-se,





exaltaram-se os valores individuais, valorizou-se a liberdade, sentiu-se o progresso, experimentou-se a vida fácil, modificaram-se os hábitos familiares, em suma, transformou-se a sociedade e, por conseguinte, o papel da escola. É no contexto desta evolução, marcada pelo desenvolvimento das ciências da educação, das teorias da aprendizagem, dos métodos e técnicas de ensino, das sucessivas experiências e reformas, que a escola não consegue alcançar os resultados desejados, surgindo daí um certo saudosismo, ainda que envergonhado, de regresso ao passado. A uma escola segregadora e selectiva sucedeu uma escola democrática e

permissiva, onde se pensava que a aprendizagem lúdica e a magia do professor seriam suficientes para compensar a supressão do esforço do aluno.

Perante o reconhecimento do demasiado facilitismo que os sucessivos governos promoveram, com fins meramente estatísticos, mas que agora não pretendem publicamente assumir transferindo, injustamente, o ónus da questão para o professor, surgem algumas medidas supostamente tendentes a moralizar e a credibilizar o sistema.

Introdução de exames regionais

Tanto no espaço nacional como no regional, a introdução dos exames ao nível do Ensino Básico afigura-se, novamente, como a solução do problema. Curiosamente enquanto a Sr^a Ministra da Educação, posicionada no espectro político mais à direita, ainda não teve a coragem de implementar todas as medidas preconizadas pelo seu parceiro de coligação, ao defender a aplicação dos exames de forma extensiva ao 4^o, 6^o e 9^o ano de escolaridade, porventura por considerar que tal decisão seria demasiado forte, pondo em causa a escola democrática, muitas teorias da educação e a política educativa seguida até então, eis que

na Região, com um governo posicionado num espectro político mais à esquerda, o Sr. Secretário da Educação e Ciência não se faz rogado em introduzir, embora com outra designação mas com o mesmo espírito, os ditos exames, com o nome de provas aferidas, nos anos terminais de ciclo, para gáudio, concerteza, do Dr. Paulo Portas.

Se estou errado, digam-me em que diferem estas provas aferidas dos exames do 9^o ano de escolaridade anunciados pela Sr^a Ministra da Educação? Não são realizados por uma entidade externa à escola, neste caso a Direcção Regional da Educação? Não se aplicam à generalidade dos alunos no âmbito da Língua Portuguesa e da Matemática? Não interferem na avaliação sumativa dos alunos em cerca de 25%? A única diferença é que o Sr. Secretário da Educação e Ciência pretende “matar dois coelhos com uma cajadada”, ou seja, sob a capa da avaliação aferida, generalizar a aplicação dos exames a todos os ciclos de ensino.

Não pretendo com esta argumentação fazer juízos de valor positivos ou negativos, embora, como cidadão, me sinta confuso com estas e outras decisões que rompem com os quadros de referência que deveriam nortear os governos, consoante as suas orientações politico-partidárias. O que pretendo, sobretudo, é alertar para algumas incongruências que me parecem evidentes e para a necessidade de se clarificar que rumo queremos dar à educação, sob pena de se instalar a maior confusão sobre quem tem a nobre mas difícil tarefa de educar.

Exames do Ensino Básico: o que se pretende?

A questão que coloco é muito clara: O que é que se pretende com a introdução dos exames no Ensino Básico? No final do Ensino Secundário, pode concordar-se ou não, ainda se compreende porque visa criar mais um obstáculo para o acesso ao Ensino Superior. Agora no Ensino Básico, numa

“(…) Se pretendemos evitar ou pelo menos diminuir estas aberrações e passar a valorizar apenas o conhecimento, como era no passado, o sistema educativo tem de ser claro perante a sociedade e honesto para com os professores, pois não pode exigir que estes sigam um certo caminho e cumpram com determinados objectivos, para depois pretender avaliar e julgar o seu trabalho tendo em conta outros parâmetros.(…)”

escolaridade obrigatória que é de nove anos e que em breve passará para doze, considerando as orientações da política educativa actual, é bem mais difícil de entender. Na verdade, o que me parece é que se pretende desacreditar a avaliação contínua, porque os exames vão, precisamente, demonstrar que os resultados da avaliação interna não correspondem aos da avaliação externa pondo, assim, em causa, perante a opinião pública, a credibilidade dos professores e da sua avaliação. Importa, por isso, esclarecer esta questão.

Quando um docente faz a avaliação dos seus alunos, no Ensino Básico, o sistema obriga que ele tenha em



consideração um conjunto de critérios dos quais o conhecimento representa apenas dois terços ou três quartos da nota que é atribuída no final do período ou do ano. Não admira, pois, que muitos alunos de nível três venham a ter resultados negativos no exame, porque este apenas avalia conhecimentos. Se pretendemos evitar ou pelo menos diminuir estas aberrações e passar a valorizar apenas o conhecimento, como era no passado, o sistema educativo tem de ser claro perante a sociedade e honesto para com os professores, pois não pode exigir que estes sigam um certo caminho e cumpram com determinados objectivos, para depois

pretender avaliar e julgar o seu trabalho tendo em conta outros parâmetros. Se pensam que com os exames estão a repor a verdade na avaliação, ou se pretendem com eles criar tampões para dificultar a transição dos alunos entre os diversos ciclos, creio que mais facilmente atingiriam esses objectivos se dessem indicações claras aos professores para fazerem uma avaliação criteriosa, com base nos reais conhecimentos dos alunos, em função dos conteúdos programáticos.

Propostas de avaliação do Ensino Básico para a Região Açores

Reparem só nas orientações preconizadas, na Região, para o 1º Ciclo do Ensino Básico, em matéria de retenção, e digam-me que resultados se podem esperar no exame ou na prova aferida que os alunos farão no 4º ano de escolaridade. No 1º ano de escolaridade não há lugar à retenção, o que quer dizer que todos passam do 1º para o 2º ano. No 2º e 3º anos de escolaridade a retenção é uma medida pedagógica de carácter excepcional e só pode ocorrer, entre outras circunstâncias, se tiver a concordância do encarregado de educação. Perante este cenário, onde é retirado ao docente a capacidade de decisão da progressão ou retenção

do aluno, como é que se pode responsabilizar o professor se o sistema é que determina a condução de todo o processo ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos possam transitar de ano para ano, nos outros ciclos, com duas, três ou mais negativas, num constante acumular de insucessos, para depois exigir, em provas nacionais ou regionais, bons resultados nos finais de ciclo?

Os governos têm legitimidade para decidirem as políticas educativas que entenderem mas, ao menos, façam-no com coerência, clareza e respeito pelos outros. ♦

*Dirigente do SPRA
Área Sindical de S. Miguel

Confederação de Pais contra exames nacionais no 9º ano

A Confederação Nacional de Associações de Pais (Confap) contesta a realização dos exames nacionais no 9º ano este ano lectivo, defendendo que não estão reunidas as condições para que a avaliação seja feita com rigor e seriedade.

O presidente da confederação, Albino Almeida, considera que a medida é uma teimosia do Ministério da Educação e que em vez de uma avaliação dos conhecimentos dos alunos será feita apenas uma “avaliaçãozita”, já que “apenas incidirá sobre os conteúdos do 9º ano de escolaridade e não de todo o 3º ciclo do ensino básico”.

A título excepcional, e de acordo com o despacho normativo recentemente divulgado, os exames nacionais a Português e Matemática, a realizar entre 22 e 30 de Junho de 2005, incidem apenas sobre as aprendizagens do 9º ano e terão um peso de 25 por cento na classificação final, menos cinco por cento do previsto.

Albino Almeida contesta esta decisão, defendendo que só por si espelha a falta de condições “para a avaliação séria e rigorosa defendida pelos pais” e classifica o despacho normativo como “uma manta de retalhos sem consistência”.

Confap lembra necessidade de apoios educativos

O presidente da Confap discorda também do facto de o ministério ter avançado com esta medida, deixando cair “questões importantes” como o caso dos apoios educativos que permitiriam ajudar alunos com dificuldades de aprendizagem.

Na proposta inicial do despacho normativo dos exames, adiantou o presidente da Confap, existia um capítulo dedicado aos apoios educativos prevendo, por exemplo, programas de tutoria para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento do aluno ou programas de ensino específico da Língua Portuguesa para estudantes oriundos de países estrangeiros. No entanto, segundo Albino Almeida, na versão final, esse capítulo deixa de existir. ♦

Breves



Reitor da Universidade dos Açores no Executivo da Fundação das Universidades Portuguesas

Em reunião do Conselho Geral da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) e por proposta do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Prof. Doutor **Avelino Meneses**, Reitor da Universidade dos Açores, foi nomeado para vogal do Conselho Executivo daquela Fundação, órgão dirigido pelo Prof. Doutor Júlio Pedrosa, que já desempenhou funções de Reitor da Universidade de Aveiro, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Ministro da Educação.

O Reitor da Universidade do Porto, Prof. Doutor Novais Barbosa, foi também eleito para vogal do *Executivo* da FUP.

A Fundação das Universidades Portuguesas, de acordo com os respectivos Estatutos, tem como objectivo “promover a reflexão e a avaliação crítica acerca do Ensino Universitário em geral e de cada uma das suas instituições em particular”. A FUP é reconhecida como entidade representativa das Universidades Estatais e da Universidade Católica Portuguesa, sem prejuízo de a elas se associarem não só, outras instituições públicas ou privadas do Ensino Superior, como, também organismos científicos, tecnológicos e culturais. Entretanto, e desde a sua criação, aderiram à Fundação o ISCTE, a Academia Militar, a Academia da Força Aérea e a Escola Naval. É, também, a entidade representativa, reconhecida pelo Ministério da Educação, para desenvolver o processo de Avaliação. ♦

Cerimónia patrocinada pela Unesco Ano Mundial da Física começa oficialmente em Paris

O lançamento oficial do Ano Mundial da Física decorreu em 13 de Janeiro com uma conferência organizada pela UNESCO, a organização das Nações Unidas para a ciência e a cultura. Será o momento de pompa e circunstância que fará arrancar um ano que se pretende que sirva para divulgar a física como uma ciência apelativa aos jovens, e também para comemorar o centenário daquele que ficou conhecido como o ano fantástico de Albert Einstein: 1905, quando publicou três artigos científicos que mudaram para sempre a forma como se pensa acerca do Universo. “Há uma tendência para reagir negativamente à física, para achar que é chata e difícil. Estamos a tentar mudar isso”, disse Caitlin Watson, do Instituto de Física em Londres, na apresentação do programa britânico do Ano da Física. “Queremos pôr de lado o estereótipo do cientista louco, mostrar que os físicos são pessoas normais que fazem coisas normais”, disse ainda, citada pela Reuters. Para atingir esse objectivo, vale um pouco de tudo: desde canções de “rap” até acrobacias em bicicleta (Einstein era fã de ciclismo), até às mais tradicionais palestras proferidas por cientistas eminentes, como os oito galardoados com o Prémio Nobel que estarão em Paris. Para ouvi-los falar de temas como a física quântica no dia-a-dia, a nanotecnologia ou a astrofísica, foram convidados 500 jovens de 70 países, que participam na conferência “Physics for Tomorrow”, que só terminará dia 15. Lá estará também uma comitiva portuguesa, que inclui 17 estudantes portugueses do ensino superior, bem como o secretário de Estado da Ciência e Inovação, Pedro Sampaio Nunes. Os 17 estudantes foram seleccionados pela sua prestação escolar pela Sociedade Portuguesa de Física para participarem neste evento, a pedido da UNESCO, explica uma nota do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior. A comitiva integra ainda o secretário de Estado da Educação, Diogo Feio, e o comissário nacional para as comemorações do Ano da Física, José Dias

Urbano. A física e o desenvolvimento, a relação desta área do conhecimento com as ciências da vida, o ensino e a educação desta disciplina e o seu contributo para a economia e a indústria serão alguns dos temas abordados na conferência “Physics for Tomorrow”. A nível nacional, estão já traçadas algumas iniciativas e medidas para assinalar o Ano da Física. Um dos objectivos é melhorar o ensino da disciplina nas escolas, através da “correção da estrutura curricular e programática dos cursos do ensino básico e secundário, reforçando o ensino da física e das ciências físicas”, adianta a agência Lusa. Alteração dos critérios de formação, contratação e colocação dos docentes do ensino básico e secundário, de forma a assegurar que todos os que estão ou vão ensinar física se encontrem em condições de o fazer com qualidade, é outra das medidas. A participação portuguesa em encontros internacionais, a realização de concursos como as Olimpíadas da Física ou o Eureka, destinado a alunos do secundário, estão também no programa. Serão ainda promovidas exposições, como “À Luz de Einstein”, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa. ♦

Público

Programa Gulbenkian

Novos talentos em Matemática

Com o objectivo de estimular entre os jovens o gosto, a capacidade e a vocação de pensar e investigar em Matemática, a Fundação Calouste Gulbenkian lançou o Programa Gulbenkian Novos Talentos em Matemática. Este Programa distinguirá, anualmente, estudantes universitários de Matemática que “evidenciem um elevado mérito académico e incentivará o desenvolvimento da sua cultura e aptidões matemáticas, apoiando o seu trabalho junto de reconhecidos especialistas, que exercerão o papel de tutores.”

Os pedidos de informação deverão ser dirigidos ao Serviço de Ciência da Fundação Gulbenkian, Avenida de Berna, 45A, 1067-001 Lisboa, tel. 217 823 523/525, fax 217 823 019, email: dmota@gulbenkian.pt ou randrade@gulbenkian.pt; os formulários de candidatura e materiais de divulgação estão disponíveis nessa morada, em escolas secundárias ou universidades, em www.gulbenkian.org

SPRA presente no Encontro Nacional sobre a Educação de Adultos em Portugal

A Educação de Adultos em Portugal esteve em análise e debate no Encontro Nacional de Quadros que a FENPROF realizou em Lisboa, no passado dia 26 de Novembro.

Licínio Lima, da Universidade do Minho; Eugénio Rosa, economista; Cármen Cavaco, da Universidade de Lisboa; Ana Correia, da Direcção Geral de Formação Vocacional; e Fernando Vicente e Norberto Gaudêncio (Região Autónoma dos Açores) dinamizaram os dois painéis do encontro, com moderação de António Anes (SPGL) e Henrique Borges (SPN), ambos do Grupo de Trabalho da Educação ao Longo da Vida e Ensino Recorrente, da FENPROF.

Cerca de 3 milhões de activos da sociedade portuguesa não possuem a escolaridade mínima obrigatória de 9 anos e 3 690 392 de activos não têm o ensino secundário. Tendo em conta estes dados, a iniciativa promovida pela FENPROF dedicou especial atenção ao sistema de reconhecimento, validação e

certificação de competências, a par dos cursos de educação e formação para jovens com idade igual ou superior a 15 anos, dos cursos profissionais para jovens que tenham concluído o 9º ano de escolaridade ou equivalente, dos cursos de especialização tecnológica para jovens com o 12º ano e ainda dos cursos de educação e formação de adultos, destinados a proporcionar uma formação de base em articulação com uma formação profissional.

As responsabilidades das entidades oficiais e das empresas em matéria de qualificação dos trabalhadores, numa perspectiva de desenvolvimento social e económico, marcaram presença saliente no debate, extraordinariamente enriquecido com os contributos dos convidados.

O encontro mobilizou a participação de dirigentes e activistas sindicais, docentes do Básico, Secundário e Superior, para além de técnicos e investigadores.



AINDA A TEMPO...

Até 31 de Março

GOVERNO ABRE CANDIDATURAS PARA INTERCÂMBIOS ESCOLARES

O período de candidaturas a apoios da direcção regional das Comunidades para eventos a realizar no segundo semestre de 2005, nas áreas de intercâmbio escolar e da preservação da identidade cultural das Comunidades, terá lugar de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2005, anunciou ontem o Governo Regional.

As candidaturas deverão ser efectuadas em formulário próprio, disponível nos serviços daquele departamento, em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, bem como nos Consulados de Portugal das respectivas áreas de residência.

Depois de devidamente preenchido, o formulário de candidatura deverá ser remetido à direcção regional das Comunidades, sita à Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã, Apartado 96, 9900-014 Horta.

Para mais informações, os interessados poderão consultar a Portaria nº 74/99 de 2 de Setembro, que regulamenta os pedidos de apoio a conceder no âmbito da preservação da identidade cultural açoriana, e a Portaria nº 25/2000 de 6 de Abril, que regulamenta os apoios a conceder a visitas de estudo aos Açores dos estabelecimentos de ensino das comunidades emigradas no estrangeiro e a visitas de estudo às comunidades dos estabelecimentos de ensino açorianos.

Os interessados poderão ainda contactar os serviços da direcção regional das Comunidades, através do endereço de correio electrónico drc@azores.gov.pt ou dos números de telefone (351) 292208100 ou (351) 295216137 ou ainda (#51) 296302070, de Horta, Angra e Ponta Delgada, respectivamente. ♦



Fernando Vicente



Norberto Gaudêncio

Fernando Vicente e Norberto Gaudêncio apresentaram as linhas orientadoras existentes na Região Açores sobre a Educação de Adultos. O Ensino Recorrente, sua organização em Blocos Capitalizáveis, estrutura curricular, o ensino recorrente na modalidade de ensino mediatizado (e-learning) e o funcionamento dos CRVC regionais foram as temáticas apresentadas por Fernando Vicente.

Norberto Gaudêncio por sua vez orientou a sua intervenção dando a conhecer a formação extra escolar existente nos Açores nomeadamente a sua estrutura, as diferentes modalidades, normas de funcionamento e formas de organização.

A

nálise

Sofia Neves Lima

Laboratórios Do Abstracto

A Expressão Dramática entre o Ensinar e o Aprender

Eles podem esquecer-se do que disseste, mas nunca se esquecerão do que os fizeste sentir.

Carl W. Buechner



Vale a pena questionar **o que é ensinar. E para quê.** Será sempre útil esta semiótica caseira em que nos agitamos para rever os objectivos de “entregar” conteúdos propostos a outros seres. Mas entre centenas de possibilidades discutíveis é devesse essencial deixa-los mais preparados para lidar com a realidade. A reflexão pedagógica permite-nos despertar para avanços paralelos com as outras ciências e com a própria realidade.

E como se aprende? Será legítimo que numa profissão assente na transmissão de conhecimentos não se procure sempre saber como é a informação interiorizada? (será talvez como um médico que trata sem compreender o corpo...). O estudo do Desenvolvimento Cognitivo é uma das chaves desta questão e lança as bases que fundamentam a importância da Arte no processo. A forma como se constroem e organizam as representações simbólicas do mundo através das funções psíquicas (a percepção, a memória, o pensamento abstracto, a criatividade, ...) e a forma como essas dependem de uma interacção social e cultural eficiente, vão sendo estudadas com crescente importância.

A Expressão Dramática entra com brio nesta discussão ao disponibilizar um instrumento prático e cativante na **manipulação da comunicação**, elo funcional entre o mundo “interno” e o mundo “externo”, entre o símbolo e o objecto, entre o indivíduo e o grupo, entre professor e alunos!

Temos as abordagens cognitivistas e simbólicas de Piaget, as filosofias neo-kantianas, as deduções didácticas de Brecht, o enquadramento construcionista histórico-cultural de Vygotsky e os sucessos terapêuticos do psicodrama de J. L. Moreno como principais alicerces teóricos para a validação e aplicação deste instrumento na mediação do Desenvolvimento Cognitivo e da Aprendizagem*.

Constatam-se boas surpresas nestas intervenções aventureiras. Afinal, todos nós somos um pouco “teatrais”, não é verdade?... A Expressão Dramática consciencializa essa teatralidade e também a **corporalidade** (relação afectiva com o próprio corpo) através de uma permeabilidade especial para descodificar acções e reacções, implícitas ou explícitas.

A compreender: a diferença básica

entre Expressão Dramática e Teatro (e admito pecar um pouco pelo generalismo e admito ainda a crítica da redutora língua inglesa em que “drama” = “teatro” e “theatre” é habitualmente um espaço ou um mapa de operações).

A **Expressão Dramática** compõe o treino dos mecanismos do teatro, ou seja, personagens e situações de conflito – emocionais ou corporais. Utiliza improvisação, jogos e exercícios (de relaxamento, aquecimento, movimento, respiração, voz e dicção) para habilitar alguém a exprimir-se da melhor forma possível. Nos **jogos dramáticos** sujeitamo-nos à liberdade do imaginário (todos são “actores”).

O **Teatro** é o espectáculo da representação e implica um público. Nos **jogos teatrais** construímos algo consciencializado e intencional para transmitir a quem observa (uns são actores, outros espectadores).

Então... E porque não privilegiar o uso de ambos no Ensino?

São exímios exploradores dos **artifícios da Linguagem verbal e corporal** (como o enfatizar as coisas importantes com gestos, dar mais



crédito às expressões faciais, ganhar percepção da postura, coordenar os movimentos do corpo pelo espaço, estimular o contacto do olhar...), das capacidades da voz e do discurso (as variações do volume, da velocidade, do tom, as pausas) e das vantagens de assumir papéis e despertar empatia.

Podem ser usados pelos alunos e professores nas várias disciplinas, (incluindo matemática!), ou constituir uma disciplina própria com inúmeras

ralmente)!

Fica aqui, pelo menos, um convite à cultura, à estética, à auto-confiança, à discussão ética, ao trabalho de grupo, à liderança e à flexibilidade!

Não temos razões para não correr este “risco seguro” de testar o mundo!

E “rezando” o exemplo da pedagogia inaciana:

Se o sentimento não se alia ao conhecimento, a aprendizagem não move ninguém à acção. ♦

Escrita divertida em concurso para jovens

Os textos têm de ser entregues aos professores até ao final de Fevereiro

A leitura pode ser algo muito divertido, para além de instrutivo. É o que pretendem mostrar as **Olimpíadas da Leitura**, que convidam os jovens a realizar um passeio literário e imaginário através das histórias e ambientes criados por diversos autores portugueses.

Todos os alunos que gostarem de ler e escrever podem ainda participar nesta iniciativa da Fundação Círculo de Leitores, com o apoio do Ministério da Cultura, Ministério da Educação e Instituto do Livro e das Bibliotecas, que se realiza pelo oitavo ano consecutivo. Para isso basta que frequentem o 2.º ciclo do ensino básico e elaborem um trabalho relativo a uma das quinze obras propostas este ano.

Os textos devem ser entregues aos professores designados para esse efeito por cada escola, até ao final do mês de Fevereiro. Cada estabelecimento de ensino deve depois seleccionar o melhor trabalho e remetê-lo, até ao dia 18 de Março, para a Fundação Círculo de Leitores.

Os alunos que chegarem à final vão receber prémios que serão do agrado de todos. As escolas e os alunos participantes cujos textos tenham sido pré-seleccionados receberão um diploma de participação nas Olimpíadas da Leitura. Crítica à obra, prolongamento de uma história ou substituição do capítulo final de um dos textos são as propostas de trabalhos possíveis. Os textos devem ter entre uma e três páginas, bem como um título adequado.

Os autores dos 25 melhores trabalhos estarão presentes na festa da grande final, na qual terão de redigir um pequeno texto de modo a apurar os cinco primeiros classificados. Esta iniciativa tem como propósito a promoção da cultura escrita e o cultivo dos hábitos de leitura nas camadas mais jovens, levando a cabo uma acção de carácter lúdico que, conjugada com a abordagem cultural, interesse e motive os jovens e recolha o apoio de pais e professores.

Não se esqueçam dos prazos de entrega dos textos, e que as leituras se iniciem! ♦

Diário Notícias

oportunidades de aproveitamento. Em qualquer das situações reclamam a **experimentação da matéria** e desafiam a **magia dos contextos**.

A procura das Formas de Dizer ajuda a distinguir as possibilidades dos significados e dos sentidos. Isto constitui uma curiosa provocação à criatividade e à espontaneidade que podemos transformar em **motivação** para pesquisar, procurar e Aprender.

Quanto já não se debateram com um aluno “esperto” que não presta atenção ou não se integra ou não se consegue expressar?

Os jogos dramáticos e teatrais facilitam um acesso à individualidade, às diferentes “inteligências” e às diferentes idades ao criarem oportunidades práticas de dialéctica e adaptação. Propiciam *Insights!* (este bonito conceito de sensação de compreensão...).

Ainda mais, oferecem um treino de aptidões sociais com aplicações directas nas áreas do Direito, Relações Públicas, Serviços de Saúde, Jornalismo, Diplomacia, Política, Assistência Social, Turismo, Lazer e Espectáculo (natu-

*Alguns referenciais da investigação contemporânea:

- ♦ Ingrid Dormien Koudela
- ♦ M. Lúcia S. Barros Pupo
- ♦ Howard Gardner
- ♦ Viola Spolin
- ♦ Reiner Steinweg
- ♦ Manfred Lukas Schewe

Alguns Sites úteis:

<http://teatronaescola.no.sapo.pt/>

<http://www.eca.usp.br/prof/ingrid/>

<http://fp.fullfathom.f9.co.uk/teachingdrama.htm>

<http://www.psicopedagogia.com.br/>

<http://www.netprof.pt/>

http://www.newhorizons.org/strategies/arts/front_arts.htm

http://www.dramavictoria.vic.edu.au/pdf/work_conds_2001.pdf



OPINIÃO

A Educação no III Governo de César ou o “Sistema Educativo Regional” segundo Álamo de Meneses

Os sinais evidenciados pela política educativa seguida pelos governos de Carlos César e levados à prática pelo Secretário Regional que, desde o primeiro momento desta “dinastia”, tutela a Educação são cada vez mais explícitos e apontam, claramente, para a intenção objectiva de criar para os Açores um “Sistema Educativo” próprio.

Da ténue diferenciação, que caracterizou o período da maioria relativa do PS, à introdução de profundas alterações durante a anterior legislatura o Professor Doutor Álamo de Meneses foi, de conquista em conquista, impondo um quadro legal para a Educação que, cada vez mais, configura a demarcação do Sistema Educativo Nacional e a criação de um Sistema Educativo Regional. Esta tarefa que o Secretário regional da Educação tem vindo a assumir com grande ênfase foi facilitada com a última revisão constitucional que, como é do domínio público, transferiu para as Regiões Autónomas poderes acrescidos.

O derrube das barreiras constitucionais e a legitimação eleitoral das políticas regionais para a Educação terão deixado o Professor Doutor Álamo de Meneses em estado de êxtase que, não se fazendo rogado a tantas facilidades já produziu uma portaria sobre a avaliação dos alunos do ensino básico sem que os encarregados de educação, professores e escolas tivessem oportunidade de se pronunciar sobre tão importante normativo, aliás como tem sido seu apanágio.

A Educação Especial, os concursos de pessoal docente, a formação contínua de professores, o calendário escolar, as vias diferenciadas no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, os currículos regionais e agora a portaria da avaliação, são alguns, dos muitos exemplos que caracterizam, por um lado, o que atrás afirmei sobre a intenção de separar a Educação na Região, da Educação no território continental e da

Madeira, por outro lado os expedientes e a ausência de respeito pelos intervenientes no processo educativo que, desde sempre, caracterizaram o titular da pasta da Educação nos governos de Carlos César que, ao invés de procurar soluções consensuais com os parceiros sociais - Sindicatos, Escolas e Encarregados de Educação -, impõe a sua magnânime vontade e modelo.

Nem o espaço nem esta tribuna permitem dissecar com profundidade a política educativa dos últimos 8 anos, nem é minha pretensão, aqui e agora, analisar o programa do Governo Regional para este quadriénio, no entanto, o fulgurante início de mandato do Secretário da Educação justifica esta reflexão que não poderia deixar de partilhar com os leitores. Ao aprovar um modelo de avaliação para os alunos do Ensino Básico que introduz exames regionais a Língua Portuguesa e Matemática no 4.º, 6.º e 9.º anos (provas aferidas que são simultaneamente provas de avaliação sumativa externa) e desligando-se do modelo de avaliação para os alunos Ensino Básico vigente no restante território nacional, o Secretário Regional da Educação, despudoradamente, deixou à margem de tão importante discussão os intervenientes no processo educativo.

Será que os pais dos alunos das escolas da Região aceitam ver os seus filhos ser avaliados de forma diferente daquela que é utilizada para avaliar os alunos do território continental? Alguém lhes perguntou?



Que caminhos Sr. Secretário?

Será que as Escolas vão abandonar Projectos Educativos e Planos Curriculares de Turma para configurar o processo de ensino aprendizagem na formação de crianças e jovens aptas a realizar exames? Onde fica o primado da avaliação formativa e globalizante?

Tenho consciência que estou a pisar um terreno delicado mas, em consciência, considero que, esta e outras medidas anteriormente impostas, pela “dinastia de César”, na área da Educação têm de ser questionadas, não só pelos docentes mas, sobretudo, pela sociedade civil pois carecem de reflexão, estudo e aprofundamento pelas implicações que, a prazo, terão na sociedade açoriana.

Em matéria de Educação tudo se pode esperar deste Governo e deste Secretário, um Sistema Educativo Regional traz, incontornavelmente, associado um Currículo Regional, um Estatuto de Carreira Docente Regional e, claro, um perfil e competências próprias para os alunos açorianos.

Terá sido esta política educativa que os eleitores açorianos sufragaram em Outubro de 2004? ♦



Avaliação de alunos, de professores ou de escolas...!?

O Secretário Regional da Educação e Ciência (SREC) presenteou, no último Natal, a comunidade educativa açoriana com um novo Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico publicado, no dia 23 de Dezembro, em anexo à Portaria n.º 94/2004

No texto sob o título “Sistema Educativo Regional segundo Álamo de Meneses” (*página do lado*), aflorei, ainda que sumariamente, as questões relacionadas com a que era, na altura, uma proposta de avaliação para o ensino básico na Região referindo-me, no essencial, ao facto do SREC se estar a preparar para publicar um modelo de avaliação diferenciado do que se aplica ao restante território nacional (continente e Madeira) e, assim, dar mais um passo para a criação de um Sistema Educativo Regional, aliás o seu grande objectivo político.

A comunidade educativa está, só agora, a “desembrulhar” esta prenda natalícia e a tomar consciência das implicações que as alterações introduzidas na avaliação do ensino básico, de entre as quais a introdução de “exames” no 4.º, 6.º e 9.º anos, talvez não visem aqueles a quem o processo de avaliação se dirige — os alunos.

A avaliação sumativa externa é da responsabilidade da Direcção Regional de Educação (DRE) e materializa-se na realização de provas no final de cada ciclo do ensino básico nas áreas disciplinares de Língua Portuguesa e Matemática, no entanto, a valorização da avaliação sumativa externa (exames) para a classificação final dos alunos, no respeito pela autonomia pedagógica, fica ao critério dos Conselhos Pedagógicos de escola, ou seja, cada escola poderá atribuir à classificação obtida pelos alunos a valorização que entender (5%, 10%,

20%, 30% ... ou outro qualquer).

O facto da entidade responsável pela avaliação externa (DRE) não lhe definir um peso próprio no cálculo da classificação final dos alunos, deixando essa responsabilidade a cada unidade orgânica e, sabendo-se que o SREC pretende tornar público os resultados da avaliação sumativa externa, só pode ter um significado — a avaliação do sistema; visto que a avaliação feita aos alunos continua, e bem, a depender das escolas.

Outros efeitos serão produzidos pelas alterações que a Portaria n.º 92/2004 veio introduzir na avaliação da aprendizagem do Ensino Básico, bastará, para tanto, fazer-lhe uma atenta análise. No entanto, hoje apenas pretendo enfatizar o aspecto a que me tenho vindo a referir e que, claramente, visa a avaliação das escolas que, naturalmente, será transformada num “ranking” regional, com todos os efeitos perniciosos que lhe estão associados.

A avaliação não é, no seio dos docentes, um assunto que reúna unanimidade e é do conhecimento público que relativamente à realização de exames no Ensino Básico alguns professores, talvez em busca da autoridade perdida, os defendem acerrimamente, outros, como eu, valorizam os percursos, os contextos, a avaliação formativa e globalizante.

Mas será, para quem considera que os exames são uma peça essencial no processo de avaliação, que estes são



os exames de que estavam à espera? É que estes exames não vão responsabilizar alunos, não vão disciplinar alunos, não vão contribuir para que os alunos saiam melhor preparados da escola. Estes exames vão servir, isso sim, para continuar a proletarizar os professores, estigmatizar as escolas e denegrir a imagem do ensino público.

Importa, igualmente, que os Pais e Encarregados de Educação estejam atentos às alterações que foram introduzidas no modelo de avaliação das aprendizagens do ensino básico, desde logo, questionando-se porque não foram criadas condições para participarem na discussão deste instrumento da avaliação dos seus filhos e educandos. instrumento que os diferencia das restantes crianças e jovens que vivem no território continental e madeirense.

Até onde deixaremos ir o Professor Álamo Meneses neste processo de ostracização do ensino na região?♦

Artigos de opinião de
Aníbal Pires
Dirigente do SPRA Área Sindical de S. Miguel

Concursos Regionais 2005/2006

DIRECÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

CALENDARIZAÇÃO DOS CONCURSOS E CONTRATAÇÃO CENTRALIZADA PARA PESSOAL DOCENTE

ANO ESCOLAR DE 2005/2006 / PREVISÃO

PROCEDIMENTOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
1. Publicação de Aviso de Abertura	25 Conc. Int., Ext. e Cont.						5* Contratação		
2. Apresentação de candidaturas	26 a 9 Conc. Interno, Externo e Cont.					1 a 13 Af. Pr. e QZP	6 a 15 Contratação		
3. Publicitação de projecto de lista ordenada de graduação			8 Conc. Interno	5 Conc. Externo			4 AP e QZP	9 Contratação	
4. Audiência dos Interessados / Reclamação / Desistência			9 a 22 Conc. Interno	6 a 19 Conc. Externo			5 e 6 AP e QZP	10 e 11 Contratação	
5. Apreciação de Alegações			23 a 31 Concurso Interno	20 a 4 Conc. Externo			11 e 12 AP e QZP	18 e 19 Contratação	
6. Publicitação da lista ordenada de graduação				5 Conc. Interno	10 Conc. Externo		14 AP e QZP	24 Contratação	
7. Prazo para recurso				6 a 15 Conc. Interno	11 a 23 Conc. Externo			25 e 26 Contratação	
8. Publicitação da lista de colocações					3 - Conc. Interno 31 - Conc. Externo			24 AP e QZP 29 Contratação	
9. Prazo de aceitação de colocação					4 a 10 Conc. Interno	1 a 7 Conc. Externo		30 a 1 Contratação	
10. Prazo para recurso							25 a 27 AP e QZP 30 e 31 Contratação		

* Para os docentes que não se candidataram em Janeiro

Nota: Sem prejuízo dos prazos fixados pelo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho, as datas indicadas poderão ser alteradas.

Vagas a Concurso Ano Lectivo 2005/2006

	Ensino Regular		Educação Especial		Apoio Educativo		Ed.Física
	Ed.Infância	1º Ciclo	Ed. Infância	1º Ciclo	Ed.Infância	1º Ciclo	
Positivas	24	140	13	22	17	25	0
Negativas	-20	-25	0	-3	0	-1	-2

Total Pré escolar e 1º Ciclo	
Positivas	241
Negativas	-51

Ensino Artístico/Ens. Vocacional de Música	
Positivas	33
Negativas	0

	2º Ciclo	3º Ciclo/Secundário
	Positivas	120
Negativas	-45	-150

Total 2º,3º Sec.	
Positivas	377
Negativas	-195

Quadros de Zona Pedagógica

Pré Escolar, Básico e Secundário	
Positivas	84
Negativas	-117

Quadros de Zona Pedagógica Ens.Artístico/Ens.Vocacional Música	
Positivas	8
Negativas	-23

Totais Gerais	
Positivas	743
Negativas	-386

357 vagas a abrir efectivamente para o ano lectivo 2005/06

Dos jornais**da Região, do País e do Mundo****“400 professores
vão ser colocados
este ano”**

Vão ser colocados cerca de 400 novos professores nos Açores, na sua maioria dos quadros de escola, a notícia foi avançada ontem pela RDP-Açores.

É uma nova zona pedagógica que abrange toda a Região e ainda em exclusivo aos quadros que leccionam a disciplina de Religião Moral e Católica. Estas são as novidades que resultam dos regulamentos e listagens de vagas dos concursos publicados ontem no jornal oficial.

A primeira novidade é a tentativa de fixar professores nas próprias escolas, vão ser colocados 400 novos docentes, os regulamentos e as listagens de lugares estão preparados para privilegiar a colocação dos quadros de escola.

Em declarações à RDP-Açores, o Secretário Regional da Educação e Ciência sublinhou que “este ano fizemos um esforço em alargar os quadros de escola, ou seja, de criar vagas tendo em conta as necessidades de cada uma das escolas, de fazer a transferência de lugares que estavam afectos a quadros de zonas pedagógicas, isto é, lugares que estavam afectos não a uma escola em concreto mas a um conjunto de ilhas”.

Álamo Menezes adianta que “nós temos 3 quadros de zona na Região, agora passaremos a ter 4, e portanto, fazer a transferência de lugares destes quadros para lugares de escola com o objectivo de fixar os professores”, acrescentando que é uma garantia dada aos professores de poderem ter um lugar numa escola em concreto e a partir daí “organizar a sua vida e não estarem sempre na contingência de ter de andar a saltar de escola em escola”.

A segunda novidade é a criação do 4.º quadro de zona pedagógica, haviam 3 quadros correspondentes a 6 distritos, agora é criado um quadro regional para Religião e Moral Católica.

De acordo com Álamo Menezes a diocese fica com maior poder de gerir melhor os seus recursos humanos, em conjugação com o sistema educativo, ou seja, “a diocese fica com a possibilidade de transferir dentro da Região os sacerdotes entre ilhas sem que estes sejam afectados nos seus direitos quando docentes”.

Diário dos Açores**Açores com novas
competências na
área da Educação**

Os Açores têm novas competências na área da Educação, de acordo com uma Portaria da Secretaria Regional da Educação que reconhece a importância de mestrados e doutoramentos na progressão da carreira do docente.

“O motor principal para esta alteração está relacionado com o alargamento da oferta de cursos ministrados pela Universidade dos Açores. Tendo em conta que a Universidade dos Açores vem oferecendo cada vez mais cursos, vamos passar a assumir um papel mais interventor e adicionarmos nesta lista os mestrados que venham a ser criados e que tenham estas características de relevância para o sistema educativo”, declarou Álamo Menezes, Secretário Regional da Educação.

Para os professores esta Portaria vem trazer maior rapidez na progressão da carreira, já que até agora o reconhecimento era feito pelo Ministério da Educação, num processo muito demorado.

De acordo com Rosalina Gabriela, coordenadora do primeiro mestrado em Educação Ambiental confirma à RDP-Açores que “qualquer pessoa que fizesse um mestrado podia pedir um reconhecimento para a progressão na carreira ao Ministério da Educação, mas estes reconhecimentos têm estado um pouco atrasados, pelo que, muitas vezes, as pessoas faziam os mestrados e o reconhecimento só vinha bastante mais tarde, demorava muito tempo. Com este despacho normativo do senhor Secretário Regional da Educação é tudo mais rápido, as pessoas já têm a certeza de que frequentando os mestrados que estão indicados no Despacho terão, quando concluírem a sua tese, a garantia da progressão”.

Para a docente da Universidade dos Açores, este mestrado vem de encontro ao interesse cada vez maior dos açorianos pela preservação da natureza.

“A Educação Ambiental, surge de uma grande necessidade que nós sentimos por parte de muitas pessoas, saber como melhor preservar os lugares naturais mas culturais também, alterar padrões de consumo, fazer a preservação da atmosfera, dos solos e da água, e, portanto, temos tido muitas indicações que havia muitas pessoas interessadas em saber mais sobre este assunto e, assim, reunimos uma comissão aqui no Departamento de Ciências Agrárias e no Departamento de Ciências da Edu-

cação para iniciar este mestrado”.

A coordenadora do mestrado em Educação Ambiental afirma que este vai ter início já no próximo mês de Fevereiro no Departamento de Ciências Agrárias na ilha Terceira.

Diário dos Açores**Mariano Gago
recomenda mais
investimento
nas tecnologias
de informação**

Um estudo liderado por Mariano Gago recomenda que a Europa tem que investir mais nas



tecnologias da sociedade de informação (TSI) e reduzir a burocracia para se tornar na economia mais competitiva do mundo em 2010.

De acordo com o relatório, elaborado por um grupo de alto nível composto por especialistas independentes europeus, presidido pelo ex-ministro da Ciência e Investigação português, os orçamentos devem contemplar aumentos na investigação e desenvolvimento das TSI como “único meio” de encorajar as empresas e universidades a colaborar e estimular a inovação na Europa.

O estudo defende ainda uma redução da burocracia que, embora exista para reforçar a responsabilidade financeira, controlar de forma mais estrita os processos de financiamento e reduzir os riscos, está a “ameaçar matar a investigação”.

Os especialistas defendem também o reforço da participação das pequenas e médias empresas (PME) e dos novos Estados-membros para melhor conhecimento das redes inovadoras, a melhoria dos meios de comunicação e identificação do público-alvo para difundir os resultados da investigação e a avaliação das necessidades de recursos humanos suplementares na investigação das TSI na Europa.

De acordo com Bruxelas, a investigação e desenvolvimento no domínio das TSI constitui um dos factores chave para fazer da Europa a economia mais competitiva do Mundo em 2010 baseada no conhecimento, o que constitui o objectivo fundamental da Estratégia de Lisboa, de que José Mariano Gago é co-autor.

O relatório foi encomendado por Bruxelas para avaliar a eficácia e resultados da investigação e desenvolvimento em matéria das TSI no âmbito dos programas-quadro da investigação 5 e 6, entre 1999 e 2003, nos quais foram investidos mil milhões de euros anuais.

Lusa



Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação em 11 e 12 de Março

Um grande debate em perspectiva

Uma vez que foram marcadas eleições legislativas para o próximo dia 20 de Fevereiro, a FENPROF decidiu adiar a sua Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação para os dias 11 e 12 de Março. A iniciativa decorrerá no auditório da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, estando prevista a participação de delegados de todas as regiões do País, além de diversos convidados, num conjunto expressivo e representativo das Universidades e dos Politécnicos, abrangendo os sectores docente e da investigação. Recorde-se que a decisão de organizar este encontro foi tomada pelo VIII Congresso Nacional dos Professores.

O Departamento do Ensino Superior da FENPROF chama assim a atenção para os novos prazos relativos às etapas preparatórias da Conferência e em particular para a nova possibilidade de apresentação de documentos gerais, elemento enriquecedor do debate e da reflexão que esta iniciativa já está a produzir através das actividades preparatórias, em que se ouvem opiniões e propostas de um diversificado conjunto de docentes e investigadores.

Até ao momento em que fechamos esta edição, apenas foram entregues documentos da responsabilidade do Departamento do Ensino Superior da FENPROF que se encontram publicados no site da Federação: www.fenprof.pt/superior.

Segundo os novos prazos, até 10 de Fevereiro decorrerá “a notificação da aceitação de comunicações individuais” e até 14 desse mês será feita a divulgação por cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a) e das datas e formas de votação.

Depois, até 4 de Março ocorrerá não só a recepção de inscrições para a Conferência, como o apuramento por cada Sindicato dos resultados da eleição de delegados.

Até 7 de Março estará concluída a divulgação dos resultados das eleições de delegados e a entrega na Federação Nacional de Professores ou nos seus Sindicatos (SPGL, SPN, SPRC, SPZC SPRA, SPM, SPE) para divulgação, dos textos integrais das comunicações individuais aceites.

Temas de grande actualidade

Este adiamento, como sublinha o Departamento do Ensino Superior da FENPROF, “irá permitir que os trabalhos preparatórios da Conferência prossigam num período em que se espera que sejam debatidas seriamente as políticas para o futuro do nosso País, nas quais se inserem o Ensino Superior e a Investigação, como áreas estratégicas incontornáveis para o desenvolvimento económico e social.”

A resolução dos graves problemas das carreiras, mais uma vez adiada devido à queda de ministros ou de governos; o sentido das reformas em perspectiva, impulsionadas pelo Processo de Bolonha, para cuja aplicação continua a haver um preocupante défice de participação; e a questão dos orçamentos de funcionamento das escolas, cuja redução constante tem conduzido a despedimentos de docentes que continuam sem direito a subsídio de desemprego, constitucionalmente garantido a todos os trabalhadores, são motivos de sobra para a mobilização e a acção de modo a não permitir que o futuro Governo adie as necessárias respostas a todos estes problemas e persista em tolher o essencial papel que o ensino superior e a investigação e, em particular, os docentes e os investigadores podem e devem desempenhar em prol da modernização e do desenvolvimento do País, observa o Departamento do Ensino Superior da FENPROF.



Acesso, sucesso e Declaração de Bolonha

“Uma das principais missões do ensino superior é a formação dos quadros superiores necessários ao desenvolvimento cultural, social e económico do país. Essa formação deve ser da máxima qualidade para todos, devendo ser adoptadas metodologias pedagógicas centradas no aluno para que todos encontrem as melhores condições para o máximo desenvolvimento das suas capacidades”, sublinha o documento “*O Futuro do Ensino Superior e da Investigação em Portugal*”, apresentado, para debate, pelo Departamento do Ensino Superior da FENPROF.

“O acesso aos cursos de formação inicial do ensino superior encontra-se condicionado pelas vocações e correspondentes perfis de formação adquiridos pelos estudantes no final do secundário e pela oferta de lugares distribuída pelas várias áreas disciplinares de formação e pelas diversas regiões onde se encontram sedeadas as instituições que as oferecem: universidades e politécnicos, públicos e particulares ou cooperativos”, sublinha o Departamento do Superior, que acrescenta:

“Existe uma distorção na oferta de cursos de formação inicial devida sobretudo ao ESPC que tem apostado quase só em cursos de “papel e lápis”. Esta orientação cujos motivos são óbvios encontra-se curiosamente, ou não, adaptada às grandes debilidades que os



ensinos básico e secundário têm evidenciado no ensino da matemática e da física e que ameaçam agravar-se a partir da entrada em vigor da actual reforma do ensino secundário, situação que tem afastado os alunos da procura de cursos de ciências e tecnologias.”

Para a FENPROF, “a reduzida oferta no mercado de trabalho de detentores de formações profissionais (de nível médio ou superior) na área das tecnologias, que a fraqueza do ensino das ciências experimentais no secundário e o débil desenvolvimento e apoio ao ensino profissional provocam, é um factor que tem contribuído para a dificuldade de atracção para o nosso país de investimentos em actividades que permitiriam o aumento do emprego de

“A Declaração de Bolonha e a Estratégia de Lisboa, nas condições do nosso País, para além do importante objectivo do reforço e estabilização da investigação, devem ser encaradas como uma rara oportunidade para aumentar o sucesso escolar e a qualidade e a relevância social das formações e para pôr em prática um plano mobilizador da aprendizagem ao longo da vida.”

alta tecnologia e de elevado valor acrescentado.”

“O sucesso dos estudantes no ensino superior é condicionado por múltiplos factores: o grau de correspondência entre a diversidade da oferta de formações e a diversidade de vocações e capacidades dos alunos; o nível de abrangência, a intensidade e a qualidade do apoio social; a suficiência, a adequação e a qualidade dos meios materiais e humanos das instituições de ensino; a correcta definição de objectivos formativos precisos para disciplinas e cursos (em conhecimentos, competências e capacidades); a adequação da orga-

nização curricular e da coordenação do ensino; o fornecimento de uma formação de base sólida que facilite a aprendizagem ao longo da vida; a eficácia e a eficiência demonstradas pela gestão no cumprimento dos planos estratégicos e de actividade”, lê-se no documento preparatório da Conferência Nacional de Março.

“Para uma maior responsabilização das instituições pelos alunos que nelas ingressam”, a Federação Nacional dos Professores defende que “os processos de selecção devem ser da responsabilidade das instituições de ensino superior salvaguardados que sejam os princípios da transparência total dos procedimentos e da igualdade de oportunidades de acesso, bem como a garantia de que os candidatos não terão que andar a percorrer o país a fazer provas, com grande probabilidade de existência de coincidências”.

Para este efeito, acrescenta, “o diálogo sempre difícil entre instituições tem que ser promovido”. “Esta responsabilização das instituições do ensino superior pelo acesso dar-lhe-ia mais autoridade para intervirem no panorama curricular dos ensinos básico e secundário, influenciando-os nem que mais não fosse pelas exigências (razoáveis) que fariam nas provas de ingresso, tendo sempre contudo em atenção que os ensinos básico e secundário não servem exclusivamente para o ingresso no ensino superior, embora a tendência internacional seja para a universalização da frequência do ensino superior”, observa o documento, que refere mais adiante:

“A Declaração de Bolonha e a Estratégia de Lisboa, nas condições do nosso país, para além do importante objectivo do reforço e estabilização da investigação, devem ser encaradas como uma rara oportunidade para aumentar o sucesso escolar e a qualidade e a relevância social das formações e para pôr em prática um plano mobilizador da aprendizagem ao longo da vida.”

O texto deixa depois algumas das orientações essenciais para assegurar condições para o sucesso escolar e para uma abertura com êxito a novos públicos:

■ A aplicação correcta do sistema de créditos ECTS que centra no aluno o processo de ensino-aprendizagem;

■ O apoio aos docentes para que

adquiram as competências necessárias a essa aplicação e ao desenho e concretização dos processos de ensino aprendizagem correspondentes;

■ A valorização na carreira da componente pedagógica do trabalho dos docentes;

■ A introdução de sistemas de reconhecimento e acreditação de qualificações informais obtidas fora do sistema de ensino; o projecto de cursos destinados aos novos públicos que tenham em conta as suas disponibilidades para os frequentar, que valorizem os novos meios de informação e de comunicação em que avulta o e-learning.

Abertura a novos públicos

Do ponto de vista da FENPROF “a abertura das instituições do ensino superior a novos públicos não deve ser encarada pelas instituições simplesmente como uma forma de compensar eventuais perdas de alunos de formação inicial devido à redução demográfica”, esclarecendo em seguida:

“Trata-se de uma finalidade em si mesma que exige o apoio do Estado e a iniciativa das próprias instituições. Por esta razão o Estado tem que aumentar e não reduzir como parece ser a orientação do Governo a sua responsabilização financeira pelo ensino superior público.”

“A redução generalizada da duração das formações de primeiro ciclo de ensino superior e a passagem a mestrado, com pequenas alterações, de muitas das formações que hoje se designam por licenciaturas, exigem uma grande atenção no que se refere às condições para o sucesso dos alunos”, sublinha a FENPROF, que conclui assim:

“A partir da entrada em vigor destas alterações curriculares, os estudantes apenas poderão ingressar nos novos mestrados (com grande sobreposição de objectivos formativos com os anos finais de muitas licenciaturas actuais) após a conclusão dos cursos de 1º ciclo. Tal implica que não poderão arrastar, como hoje em dia fazem, disciplinas em atraso para os anos do futuro mestrado. A aplicação burocrática de Bolonha sem os cuidados pedagógicos necessários poderá vir assim a aumentar os níveis de abandono e de insucesso escolares actuais.”◆

Actualidade

ECONOMIA SOCIAL

Mais que uma economia, um contributo para a democracia participativa

João F. F. Lourenço*

Instituída e consolidada a Democracia em Portugal e após os 30 anos de liberdade, muito ainda ficou por realizar e cumprir, principalmente no que corresponde às potencialidades e expectativas então geradas. Pretendia-se um modelo compatível com o desenvolvimento da criatividade e da iniciativa dos cidadãos sobretudo nas áreas que dizem respeito à economia fraterna solidária e humanista.

O tempo passou e ainda hoje é necessário, urgente e essencial, resolver problemas sociais graves a que a sociedade prometeu dar solução e que, por vários motivos, ainda o não fez. Sentimos que partimos atrasados mas ainda a tempo de dar o espaço de continuidade ao sonho inovador, tolerante e de libertação que o 25 de Abril nos trouxe.

Entrámos num novo século, num novo milénio em que é preciso dar força à construção de um novo futuro que seja mais participado, mais humano, mais democrático e traga consigo o crescimento económico e social justo e sustentado, com um verdadeiro e eficaz combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão.

Para isso é preciso e urgente aproveitar a já longa experiência do trabalho e do saber das empresas e instituições que actualmente compõem o terceiro sector, o sector da economia social que, como sabemos, é formado por Cooperativas, Mutualidades, IPSS, Misericórdias, Fundações e ainda por uma vasta rede de Colectividades e Associações, assim como por muitos outros movimentos cuja razão de ser é o de estar ao serviço da comunidade e do desenvolvimento.

Uma aposta séria

Toda a economia social perflha o facto de não ter por objectivo o lucro. São organizações que partem de iniciativas geridas por colectivos, com uma ampla participação democrática por todos os seus associados, cujos resultados alcançados são cada vez mais positivos em áreas tão distintas e diversificadas. Por esse motivo,

a economia social tem de ser entendida como uma aposta séria e ter um lugar próprio dentro da sociedade democrática, porque marca com a sua presença múltiplos campos da vida social e colectiva, na educação e formação profissional, na cultura, na saúde e solidariedade e em muitas outras áreas, onde há carências na nossa sociedade, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar geral das populações.

Pelo que já possui um vasto património próprio, que é sem dúvida um valioso instrumento de cidadania e da prática da democracia directa e participada a que devemos dar todo o nosso empenho e apoio e contribuir efectiva e positivamente para o seu sustento, crescimento e desenvolvimento.

Porque cada dia é cada vez mais difícil, e mais necessário encontrar as soluções que ajudem a combater eficazmente o espectro do desemprego.

Também é necessário e imperioso melhorar a competitividade e a produtividade e ao mesmo tempo formar a consciência cívica e democrática que nos é transmitida pela metodologia da economia social onde está fortemente implementada.

Em oposição ao neoliberalismo e ao egoísmo

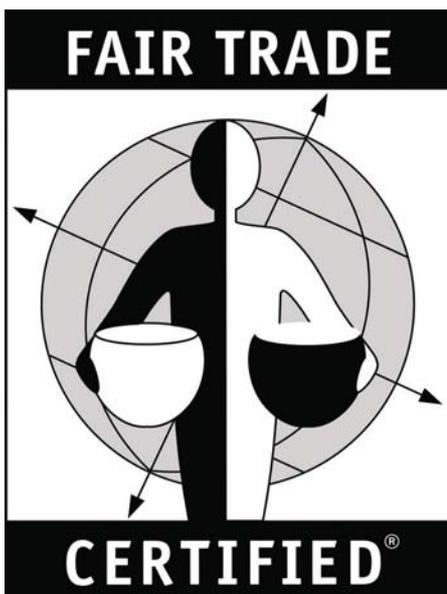
A prática e ideologia da economia social é uma alternativa real, que certamente contribuirá positivamente para uma resposta tão necessária a aplicar contra as ideias formadas à escala mundial, com que alguns nos pretendem impor, baseados em valores no neo-liberalismo, do egoísmo e do individualismo.

Tem sido através do apoio dado a experiências práticas e concretas que alguns países, primeiro apostaram timidamente, e depois vieram a descobrir que o desenvolvimento do modelo do terceiro sector dentro da sua complementaridade económica e social com autonomia, traz vantagens reais sobre o modelo individualista privado, exigindo modificações do comportamento das empresas do modelo tradicional capitalista.

Para alguns desses países já não é possível conceber a economia corrente sem se contar com a social, porque esta tem-se tornado o espelho do modelo de desenvolvimento da democracia económica, sempre respeitando o ser humano e o meio ambiente, enfrenta e responde positivamente aos desafios da globalização, sobretudo com a criação de muitos novos empregos locais e sem o perigo de deslocalização.

É preciso uma melhor coesão social e





uma melhor garantia da qualidade de emprego, para isso torna-se urgente o apoio ao desenvolvimento das empresas da economia social, estas afirmam-se a partir de uma nova e diferente relação entre empregados e a entidade empregadora.

Obrigações sociais

Perante a reconhecida crise gerada pelo neo-liberalismo e pela falta de valores verdadeiramente humanistas, é urgente e necessário reflectir, criar e desenvolver um novo conceito de organização/gestão como a que se está a passar na gestão da economia social mais participada. É importante que esta influencie e transporte consigo as respectivas consequências e exemplos para todas as outras empresas, levando-as também a assumir uma maior responsabilidade nas suas obrigações sociais, e a trazerem uma verdadeira esperança de tudo fazerem para encontrarem e alcançarem o crescimento sustentável.

A economia social tem demonstrado uma sensibilidade na redistribuição de benefícios para com os seus utentes, e beneficiários nas suas várias vertentes especialmente ao apostar na prestação de serviços de proximidade, pelo que está vocacionada para ajudar à fixação das populações a partir da dinamização de



amplas actividades.

Pelo mesmo motivo pretende responder sempre às diferentes necessidades quer seja dos habitantes dos bairros, na assistência social, cultural e desportiva ou no consumo. Orienta a produção de bens produzidos por si e ainda por muitos pequenos e médios produtores e agricultores, contribuindo de forma altamente positiva para o controlo e garantia de preços justos, ao produtor e consumidor e para a sustentação e viabilidade económica de vastas camadas da população.

Luta contra a pobreza

A economia social prova que tem objectivos e potencialidades no âmbito da inclusão social e na luta contra a pobreza, substituindo com vantagem o Estado em áreas em que este não funciona devidamente, como são os casos praticados e conhecidos por várias Associações e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Estas organizações têm de ser olhadas de uma outra forma e apoiadas fortemente pelo governo porque prestam um serviço insubstituível à sociedade, que caberia ao Estado fazer. Têm, na sua génese, objectivos independentes e de autonomia que dificultam o seu desenvolvimento económico, pelo que se vive uma situação de perfeita injustiça, onde são praticados baixos salários comparando com outros sectores dependentes do estado.

É sobretudo pela falta de atribuição de apoios estatais suficientes que este serviço é garantido muitas vezes à custa dos salários dos seus próprios trabalhadores.

Os trabalhadores e os seus sindicatos têm repetidamente denunciado a situação e lutado pela melhoria do seu nível de vida, eles merecem justiça e ser respeitados pois o país muito lhes está a dever.

A economia social é uma economia de raiz nacional, tem uma mais-valia e uma vantagem, não é pertença dos grandes grupos económicos nem de multinacionais, está sempre sujeita ao controlo dos seus associados e beneficiários, por esse motivo não pode ser deslocalizada, e porque não visa a distribuição de lucros dá melhores garantias de futuro.

Vasto potencial

A nossa democracia só terá a ganhar com o seu reconhecimento, o País já tanto lhe deve e por isso merece ser apoiada porque já ganhou esse estatuto por direito próprio. O seu enquadramento político próprio e independente, deve ainda fazer

“É preciso e urgente aproveitar a já longa experiência do trabalho e do saber das empresas e instituições que actualmente compõem o terceiro sector, o sector da economia social que, como sabemos, é formado por Cooperativas, Mutualidades, IPSS, Misericórdias, Fundações e ainda por uma vasta rede de Colectividades e Associações, assim como por muitos outros movimentos cuja razão de ser é o de estar ao serviço da comunidade e do desenvolvimento.”

convergir as suas acções e realizações em parceria com os Sindicatos, assim como com as Autarquias.

Há um vasto potencial e vertentes ao nosso alcance como seja a defesa do consumidor, ou a sensibilização das empresas e dos trabalhadores por temas como o ambiente, qualidade de vida ou a requalificação urbana etc.

Estamos cientes de que se pode encontrar aqui um eixo fundamental para a resolução de muitos problemas de âmbito local ou regional, por isso propomos que se faça chegar a nossa palavra aos partidos políticos e outras Instituições que possam ajudar, quer em Portugal, assim como na União Europeia.

Pelo atrás exposto é preciso sensibilizar para esta realidade os membros representativos dos cidadãos na Assembleia da República, assim como do parlamento da União Europeia, com o objectivo da promulgação de leis apropriadas, não só na forma legislativa mas também de apoio económico-financeiro.

Pretende-se também propor a criação de uma Secretaria de Estado vocacionada especialmente para este sector, ciente que em Portugal existe um grande potencial para se pode desenvolver, e ser um instrumento de estabilização social, e contribuir eficazmente no combate ao desemprego e à crise económica, dar melhor aproveitamento às suas potencialidades no campo da cultura e da democracia participada, no combate à exclusão e na resolução de vastos problemas sociais e de pobreza com um desenvolvimento sustentado, e dar uma nova esperança a uma verdadeira política global para este sector.

*** Membro da Comissão Executiva da CGTP--IN. Texto baseado na comunicação apresentada no 1º Congresso da Democracia Portuguesa, 11 e 12 de Novembro de 2004, Lisboa.**

OPINIÃO

Ministério da Educação promove a condenação da escola pública

Armando Dutra*

O direito de informar, de se informar e de ser informado está consagrado no artigo 37º da Constituição da República Portuguesa, razão pela qual o Ministério da Educação, ao pretender usar desta liberdade, mais uma vez, tornou públicos os resultados dos exames nacionais do 12º ano, julgando que está a prestar um bom serviço ao país, fazendo jus à desejada transparência dos serviços públicos.

Não pretendo, de modo algum, pôr em causa o direito que os cidadãos têm de estar informados, no sentido de poderem formular uma opinião crítica e de terem um papel interventivo na sociedade à qual pertencem. Porém, quando essa informação é passível de manipulação, induzindo a juízos de valor menos correctos, é nossa obrigação alertar para algumas injustiças que se cometem.

O Ministério da Educação, nos seus intentos obscuros, insiste em pretender que a sociedade faça, de forma redutora, uma avaliação do trabalho desenvolvido pelas escolas através de uma mera leitura dos resultados dos exames nacionais, descontextualizados do processo ensino-aprendizagem e desfasados dos objectivos e finalidades a que o sistema educativo se propõe. Esquece-se, porém, que muitas das razões de tal insucesso são endógenas ao próprio sistema de que o Ministério é o principal responsável, não tendo demonstrado capacidade nem competência para agir sobre elas.

Os exames não podem constituir o único instrumento de avaliação das escolas porque, como dizia um colega meu, constitui um “termómetro avariado”, dado que, nas mesmas condições, nem sempre se comporta da mesma maneira. A demonstrá-lo está o facto de na mesma escola e com o



mesmo professor os resultados obtidos nos exames de uma determinada disciplina serem num ano bons e no outro maus, consoante as turmas. Tal facto explica a existência de causalidades múltiplas que interferem no processo de aprendizagem, pelo que estigmatizar escolas ou imputar responsabilidades directas a quem quer que seja, com base num único elemento de avaliação, é um exercício de irresponsabilidade.

Rankings: desonestidade intelectual

Esta vontade explícita de condenação da escola pública e, quiçá, de exaltação do ensino privado, visível nos tão propalados “rankings” das escolas, traduz uma desonestidade intelectual atroz, ao pretender-se comparar o incomparável, uma vez que só a pura hipocrisia não permite ver que as condições de acesso e de sucesso em ambos os sistemas são tão desiguais quanto o são as ambições, os projectos de vida e as condições sócio-económicas das crianças e jovens que as

frequentam. Basta ter em consideração que a escola pública vive apenas com os magros recursos financeiros do orçamento geral do Estado, enquanto as privadas partilham um duplo orçamento, o que vem do Estado e o que advém das gordas mensalidades das famílias, que, por sinal, detêm os maiores recursos do país.

Vejam se nos colégios privados proliferam as turmas heterogéneas, as crianças com necessidades educativas especiais, os alunos provenientes de bairros degradados partilhando a fome, a miséria, a pobreza, o analfabetismo, o alcoolismo e a droga, se há diversidade étnica, se há quem divida quartos desconfortáveis com dois, três, quatro irmãos, ou outros familiares, sem uma secretária onde possam estudar, sem uma estante onde possam consultar uma enciclopédia e sem um computador onde possam aceder à internet. Vejam se nos colégios privados há meninos que nunca viram uma peça de teatro, manipularam um jornal ou uma revista, ou fizeram uma qualquer



viagem marítima ou aérea, se há, porventura, quem tenha de partilhar os trabalhos rurais ou as tarefas domésticas a quem é entregue, muitas vezes, a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos, de contribuir com o trabalho infantil para o sustento da família, ou de sofrer todo o tipo de violência para frequentar a escola sob ameaça de retirarem aos pais o dito rendimento social de inserção.

É importante que os governantes, os analistas, os fazedores de opinião tenham consciência de que é este mundo que a escola pública acolhe e que a privada rejeita. É bom que saibam que é na escola pública que estão as “Joanas” deste país, e que é lá que se encontra a maioria das crianças e jovens que sofre, em silêncio ou com revolta, as injustiças da nossa sociedade. É bom que saibam que são os professores do ensino público que amparam este choque gritante da sociedade, a quem o sistema lhes pede para integrar e não excluir, para ser cooperante e não competitivo, para educar e não apenas instruir, em suma, para promover a cidadania solidária, os valores humanistas e não a competição, o individualismo, o egoísmo e o culto dos melhores.

As contradições do sistema educativo

Os professores do ensino público vivem o sufoco permanente da contradição do sistema que ora lhes exige e pede um modelo de ensino e de avaliação, sobretudo no Ensino Básico, do 1º ao 3º Ciclo, que relativize os aspectos cognitivos em favor da construção da cidadania, dos comportamentos, das atitudes, dos valores, do saber ser e estar, impondo que a retenção dos alunos até ao 9º ano de escolaridade seja a menor possível, para evitar o abandono e insucesso escolar nem que seja administrativamente, para, logo de seguida, no Ensino Secundário fazer-se a inversão dos

valores, onde a cultura da exigência e as finalidades do ensino se alteram radicalmente, apesar da tão defendida articulação curricular entre os diversos níveis e ciclos de ensino, esquecendo-se de que faltam aos jovens os hábitos de trabalho e as bases necessárias para o desejado sucesso.

Confusão, indefinição, tensão...

Sente-se que estamos a viver um período de grande confusão, clara indefinição e alguma tensão, onde parece sobrelevar algum desejo de regresso ao passado. Os professores sentem-se “desnorteados” neste terreno movediço onde ora se exaltam as virtudes dos exames e se exige que todo o esforço de aprendizagem seja direccionado neste sentido, ora se relativiza a sua importância e exalta a avaliação contínua assumindo que não é possível nem justo pretender-se avaliar numa ou duas horas o que foi construído em vários anos. Importa salientar que, não raras vezes, se acusam as equipas ministeriais de estarem distanciadas da realidade escolar, com critérios de exigência desfasados do contexto educativo e das aprendizagens reais dos alunos.

É com esta dualidade de critérios que o Ministério da Educação entra em contradição ao pretender, por um lado, que a sociedade avalie o trabalho das escolas e dos professores tendo, unicamente, por base o resultado dos exames nacionais, quando, por outro lado, o próprio Ministério lhe atribui apenas um peso relativo para a nota final dos alunos, o que, só por si, traduz a pouca significância que estes, no seu entender, devem ter no contexto global do processo educativo.

Não é possível continuar a alimentar esta ambiguidade, sob pena de se instalar o caos na escola pública. Quem sabe se não constituirá o propósito de alguns! ♦

Dirigente do SPRA
Área Sindical de S. Miguel

Manifesto da CGTP-IN sublinha a necessidade de “mais e melhor escola pública”

“Mais e melhor escola pública” é uma das dez prioridades, “com vista à construção de uma efectiva alternativa política e ao desenvolvimento do País”, que fazem parte do *Manifesto aos Trabalhadores Portugueses*, recentemente apresentado pela CGTP-IN.

“Nestas eleições (20 Fevereiro) o que está em causa é muito mais do que uma mera questão de estilo ou de forma”, refere a *Inter*. “No presente contexto de preparação das eleições, a CGTP-IN define orientações e conteúdos reivindicativos concretos”, que está a levar junto dos trabalhadores, da opinião pública, dos partidos políticos e da sociedade em geral, como referiu Carvalho da Silva num recente encontro com os jornalistas.

Ao exigir “mais e melhor escola pública”, o *Manifesto* aponta a necessidade de criar “condições necessárias ao efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória” e de promover “estratégias adequadas ao crescimento da população certificada com o ensino secundário (garantindo a frequência generalizada e o sucesso nos cursos gerais e tecnológicos, conferindo igual dignidade a ambos)”. É ainda realçada a importância do “alargamento do ensino profissional à escola pública”.

A *Central* destaca ainda que é preciso reiniciar o “debate em torno da Lei de Bases do Sistema Educativo, não servindo de ponto de partida a LBE aprovada pelo PSD e PP”.

Concretizar uma estratégia de desenvolvimento económico e social do País, valorizar o trabalho, a negociação colectiva e o diálogo social, são também prioridades defendidas pela CGTP-IN, que chama a atenção da sociedade e dos partidos políticos concorrentes às eleições de 20 de Fevereiro para a necessidade de políticas coerentes que possibilitem a redução das desigualdades sociais e uma maior justiça fiscal. Para a *Central*, “concretizar uma nova política de saúde” e “garantir uma segurança social pública e universal”, promovendo a sua “sustentabilidade financeira” são tarefas fundamentais para assegurar o futuro do País, que exige uma verdadeira e dinâmica “política alternativa”, capaz de mobilizar toda a sociedade portuguesa. ♦

Breves

Função Pública:

Salários foram publicados mas maioria só recebe em Fevereiro

A actualização de 2,2 por cento dos salários e pensões dos funcionários públicos foi publicada hoje em Diário da República, mas a maioria deverá receber os aumentos no vencimento de Fevereiro, com retroactivos de Janeiro.

Fonte do Ministério das Finanças e da Administração Pública explicou à agência Lusa que “o processamento informático das novas remunerações e outros abonos será realizado logo que sejam comunicadas pelos serviços as alterações verificadas”, sendo que os funcionários públicos recebem o seu vencimento entre os dias 20 e 23 de cada mês.

Por isso, haverá serviços que pagarão as remunerações actualizadas ainda no corrente mês de Janeiro, sendo as restantes processadas e pagas em Fevereiro com efeitos retroactivos a 01 de Janeiro, adiantou a mesma fonte.

Os salários de todos os funcionários públicos e as pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA) aumentam 2,2 por cento, a partir de 01 de Janeiro.

O subsídio de refeição sobe para 3,83 euros, o que representa um aumento de 3,5 por cento relativamente ao montante que esteve até agora em vigor.

Quanto às tabelas de ajudas em território nacional e ou no estrangeiro, a actualização é igual à das remunerações base, ou seja, 2,2 por cento.

As negociações de actualização salarial ficaram marcadas pela contestação das estruturas sindicais da Função Pública que acusaram o ministro das Finanças e da Administração Pública de impor aumentos de 2,2 por cento sem negociar com os sindicatos.

António Bagão Félix argumentou que 2,2 por cento era o aumento possível,

sendo que este valor ficava acima do ponto médio do intervalo previsto no Orçamento de Estado de 2004 (2 por cento).

No entanto, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou que a inflação verificada em 2004 foi de 2,4 por cento, superando o ponto médio que serviu de base para os aumentos salariais da Função Pública.

Os números do INE vieram reforçar os protestos do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), Frente Comum e Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) contra as perdas salariais dos trabalhadores.

Lusa

Reembolso substitui participação de medicamentos no SNS

Estudo encomendado pelo ministro Luís Filipe Pereira à consultora britânica Europe Economics propõe que os utentes paguem a totalidade do preço dos medicamentos e só depois sejam reembolsados...

O Ministério da Saúde vai receber, ainda antes das eleições, um estudo encomendado à consultora Europe Economics que prevê a substituição do modelo de participação de medicamentos pela figura do reembolso. A merecer a concordância política da tutela, os utentes passarão a pagar a totalidade do medicamento e só depois receberão a participação estatal.

Segundo apurou o Diário Económico, o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento ainda não recebeu a versão final do relatório, apesar de já ter conhecimento informal de algumas das conclusões. Ao DE, o presidente do Infarmed garante “não ter nada a dizer sem conhecer a versão final do estudo”, garantindo “desconhecer as propostas do relatório” encomendado no final do ano passado a esta consultora britânica.

Diário Económico

naveg@r

O nosso destaque:

Associação Mundial de Jornais

<http://www.indekk.com/>



Alguns sites da imprensa dos Açores

A União

<http://www.auniao.com/>



Açoriano Oriental

<http://acorianooriental.sapo.pt/>



Diário Insular

<http://www.diarioinsular.com/>



Diário dos Açores

<http://www.da.online.pt/>



Açores Noticias

<http://www.azoresnews.net>



Expresso das Nove

<http://www.expressodasnove.com/>



Jornal Diário

<http://www.jornaldiario.com/>



Ilha Maior

<http://ilhamaior.com/>



Notícias

Formação de professores no centro das preocupações sindicais

A FENPROF considera urgente "uma profunda reformulação da formação de professores nos seus diversos domínios (inicial, contínua e especializada), adequando-a às necessidades dos professores e de uma escola renovada e orientada para o futuro e para o progresso do País", como assinala a Carta Reivindicativa dos Docentes Portugueses aprovada pelo Conselho Nacional, órgão máximo da Federação entre Congressos, na sua reunião de 25 de Novembro passado.

"É necessário e urgente", sublinha aquele documento, com "21 medidas para estabilizar o corpo docente,

valorizar a escola pública e melhorar a qualidade das respostas educativas", "definir um novo quadro legal sobre habilitações para a docência adequado às necessidades do País e do sistema educativo", destacando mais adiante:

"No que respeita à formação complementar, a FENPROF exige que sejam criadas condições para que nos próximos dois anos todos os que ainda pretendam, designadamente os professores dos 2º e 3º CEB e do ensino secundário para quem não foi organizada formação complementar específica, a ela possam ter acesso. Deve, também, ser tomada uma medida legislativa que permita aos docentes do ensino público e do ensino particular e cooperativo, sem habilitação de grau superior, o acesso a cursos de complemento de formação."

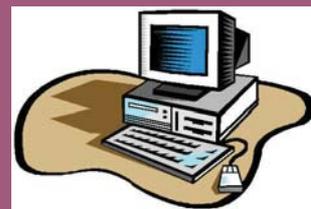
Para debater essas e outras questões, a FENPROF marcou para os dias 17 e 18 de Março próximo um **Seminário sobre Formação de Professores e Educadores**, que corresponderá a um momento de reflexão numa área em que a Federação foi sempre um dos principais protagonistas e agentes de mudança.

Está prevista a participação de alguns dos mais prestigiados especialistas no tema. As competências técnicas e científicas, éticas e profissionais dos docentes, a formação inicial e a formação contínua estarão, certamente, em foco nesta oportuna iniciativa, de que daremos mais pormenores aos nossos leitores em futuras edições.

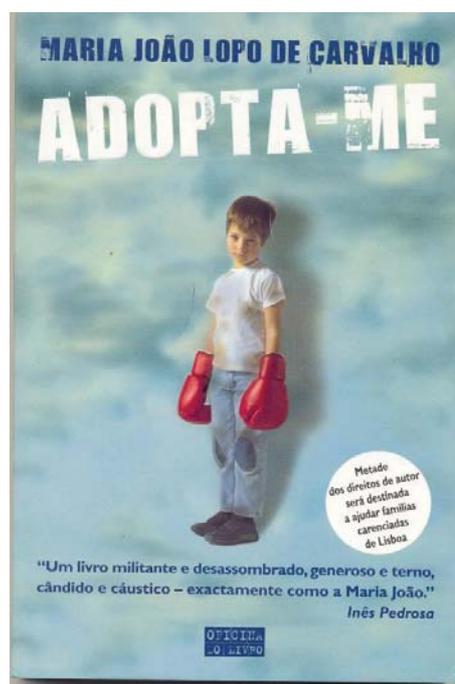
O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) estará representado no Seminário, contribuindo com as experiências dos docentes que trabalham na Região. ♦

JPO

www.spra.pt
constantes
actualizações



Lemos e Gostámos



É um livro que nos fala de um menino que faz a questão "Não me queres adoptar?" como se ele próprio fosse um novo objecto a adquirir "lá para casa"! "Não me queres adoptar?", é o drama de muitos meninos, que são nossos conhecidos, nossos alunos, nossos educandos, nossos delinquentes, nossos marginalizados, nossos meninos que diversas vezes são "a minha arrelia e a minha alegria", em horas de trabalho, de aulas dadas, em tempos lectivos... Meninos que nos passam pelas mãos, fazem parte do nosso dia a dia, entram nos nossos sonhos, provocam-nos insónias, pensamentos dúbios de altruísmo, de solidariedade, de conceitos de justiça e solidariedade. Valores que conseguimos viver e integrar na nossa experiência, enquanto professores e educadores perante situações reais.

Meninos que esperam por ofícios e despachos com a mesma resignação com que esperam por alguém que um

dia se lembre deles.

"Adopta-me" é o terceiro livro da escritora que nos guia, neste seu último romance numa viagem pelos "bastidores de Lisboa". Uma Lisboa que bem podia ser outro local, algures no nosso país, numa ilha? Aventura de generosidade e ternura que dispensa o espaço e nos desperta para valores como o da solidariedade social.

"... os computadores decidem o futuro, mas não são ainda permeáveis a outras coisas, como gostar, rir, entender-se apenas se rendem a fórmulas herméticas e contas de cabeça. Acho que não percebem nada de luas partidas".

in *Adopta-me*

Leiam, recomenda-se!

Isabel Furtado
Dirigente do SPRA,
Área Sindical de S. Miguel



Política educativa no centro das atenções

O que é que os partidos têm a dizer aos Professores?

Em período de pré-campanha e de campanha eleitoral, a FENPROF pretende, como sempre tem feito, conhecer as posições dos partidos que estiveram representados na Assembleia da República sobre questões essenciais no domínio da política educativa e nesse sentido estará atenta aos programas das forças políticas, sendo cuidadosa e exigente na sua apreciação. A par dessa leitura político-sindical, a FENPROF pretende respostas concretas sobre algumas matérias que serão determinantes para o futuro sócio-profissional dos docentes e da Educação no nosso País.

O Secretariado Nacional da FENPROF aproveita a oportunidade para manifestar a sua disponibilidade para debater e esclarecer, em iniciativas públicas, as questões que agora apresenta.

Das cerca de duas dezenas de questões específicas colocadas pela Federação (e apresentadas em recente conferência de Imprensa realizada em Coimbra com a participação do secretário-geral, Paulo Sucena) aqui ficam, a título de exemplo, meia dúzia de legítimas interrogações. Dos partidos exigem-se respostas objectivas e concretas.

- Após vários anos com revisão salarial nula ou de valor muito baixo, aquém da inflação, qual a política salarial, nomeadamente na Administração Pública, que o partido se propõe concretizar nos próximos anos?
- Defende o partido a revogação da norma que introduziu a obrigatoriedade de completar 60 anos para que os trabalhadores da Administração Pública possam ter direito à sua aposentação por completo? No caso concreto dos docentes, admite a redução do actual número de anos de serviço previsto para a aposentação, tendo em conta o desgaste provocado pelo exercício continuado da profissão docente?
- Está o partido disponível para apresentar um Projecto de Lei sobre o Financiamento da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário? Admite, ainda, a possibilidade de revisão da actual Lei de Financiamento do Ensino Superior? Em que matérias?
- Concorde o partido com o alargamento da oferta do Ensino Recorrente nas escolas públicas que facilite o acesso da população portuguesa a uma segunda oportunidade de concluir os seus estudos e repensar os modelos de educação de adultos com vista a aumentar as taxas de sucesso da escolaridade dos portugueses?
- Admite o partido suspender os exames de 9º ano previstos para o final de um ano lectivo que abriu com significativo atraso e da forma desastrosa que toda a comunidade educativa denunciou?
- Garante o partido que o sistema de recrutamento e selecção dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário mantém o seu carácter anual, nacional, universal?